

## O Equívoco Epistolar

Manuela Parreira da Silva

*Universidade Nova de Lisboa*

### Resumo

Sendo o acto de escrever eminentemente dramático, impondo um desdobramento ou clivagem do sujeito, que constitui o grau zero de toda a ficção, o discurso epistolar, enquanto escrita do *eu*, tende a criar um intervalo para o «fingimento». Daí a sua contiguidade com o literário, que se opera também na passagem do privado para o público ou na intrusão de um leitor alheio aos dois correspondentes. Daí que a carta – forma ambígua, híbrida e multifuncional – seja propensa a leituras diversas e a gerar equívocos, criando a ilusão de ser lugar da sinceridade máxima e documento histórico do qual se pode fazer um uso (auto)biográfico inquestionável. O artigo pretende mostrar como a correspondência de Fernando Pessoa, pelas suas características intrínsecas, é percorrida por uma permanente tensão entre a «verdade» e a «não-verdade» e, nesse sentido, não deve ser lida desprevenidamente, sem uma imprescindível contextualização e uma adequada pesquisa.

**Palavras-chave:** Discurso epistolar, Autobiografia, Fernando Pessoa, Correspondência

### Abstract

As the act of writing is eminently dramatic, implying an unfolding or splitting of the subject, that constitutes the degree zero of every fiction, the epistolary discourse, as writing of the I, tends to create an interval towards «feigning» (*fingimento*). That is where we can spot its proximity with the literary sphere, operating also in the passage from the private to the public or in the intrusion of a reader unknown to both correspondents. That is why the letter, which is an ambiguous, hybrid and multifunctional form, is the source of different readings and misunderstandings, creating the illusion of being a place of maximum sincerity and an historic document which one could use for autobiographical data. This essay attempts to demonstrate how Fernando Pessoa's correspondence is



defined by a permanent tension between «truth» and «non-truth» and, thus, cannot be read without proper caution, without a necessary contextualization and appropriate research.

**Keywords:** Epistolary discourse, Autobiography, Fernando Pessoa, Correspondence



Poeta – não escreves nem o mundo nem o eu  
 escreves o istmo  
 entre os dois  
 Adonis (Ali Ahmad Said Esber)

A história do epistolar mostra como este é um género dificilmente classificável: «género maldito», lhe chamam, «género melancólico», «género feminino», género paraliterário. Philippe Lejeune, no seu conhecido livro de 1975, *Le pacte autobiographique*, não lhe reconhece sequer o estatuto de género, considerando que se trata apenas de «um certo modo de comunicação por escrito» (*apud* Diaz, 2002: 9). Em contrapartida, Jacques Derrida afirma peremptoriamente que «La lettre n'est pas un genre, mais tous les genres, la littérature même»<sup>1</sup> (1980: 113).

A teoria do epistolar tem vindo, de facto, a reabilitar as correspondências, fazendo do epistológrafo, do escrevente de cartas, um verdadeiro autor, na própria medida em que vê na carta um prolongamento, um sucedâneo ou um laboratório do literário; ou no sentido em que a página de uma carta, escrita enquanto tal e para funcionar junto de um destinatário específico, pode ser lida na sua dimensão estética e poderia mesmo passar a integrar uma obra.

Daqui nasce um dos equívocos do epistolar, que é pressupor que a carta corresponde ou dá conta de uma relação «fiel e verdadeira», íntima, irreduzível ao olhar de terceiros (os não implicados directamente no diálogo). Deste modo, se se pode aceitar dizer que toda a carta é uma carta de amor, na sua busca desejanse do Outro, ela é-o também no sentido em que toda a relação a dois (amorosa ou epistolar) pode tornar-se um *ménage à trois*, uma relação triangular em que o leitor exterior ocupa o terceiro lado do triângulo, aquele, precisamente, onde nos colocamos neste momento.

É esta não-privacidade implícita nas cartas alheias de que dispomos que fornece aos biógrafos ou memorialistas, mas também aos teóricos do epistolar e da literatura, a matéria-prima para o seu trabalho. Porque, na verdade, lembra Michel Foucault, em «L'écriture de soi», «La lettre qu'on envoie agit, par le geste même de l'écriture, sur celui qui l'adresse, comme elle agit par la lecture et la relecture sur celui qui la reçoit. En cette double fonction la correspondance est toute proche des *hypomnemata*, et sa forme en est souvent très voisine»<sup>2</sup> (*apud*, Diaz, 2002: 86). A sua forma é, pois,

<sup>1</sup> «A carta não é um género, mas todos os géneros, a própria literatura.»

<sup>2</sup> «A carta que se envia age, pelo próprio gesto da escrita, sobre aquele que a envia, como age pela leitura e releitura sobre aquele que a recebe. Nesta dupla função, a correspondência está muito próxima dos *hypomnemata*, e a sua forma é muitas vezes vizinha deles.»



vizinha dos cadernos de apontamentos ou dos diários, em que os espólios dos escritores são férteis. Mas é também um facto que age sobre o leitor exterior que nela procura, muitas vezes, elementos (auto)biográficos do destinador e do destinatário.

Neste caso, o epistológrafo, como pretende Vincent Kaufmann, constitui o elo que falta entre o homem e a obra (1990: 9). Este elo é um objecto privilegiado dos estudos literários; é, porventura o *istmo* de que fala o poeta sírio Adonis, no excerto colocado em epígrafe, a escrita que o poeta, o escritor, interpõe entre o mundo e o *eu*, ou na qual se fundem o mundo à sua volta e o seu *eu*.

Este elo / istmo é reconhecido por um autor de cartas como Fernando Pessoa, quando escreve, em 14 de Março de 1916, a Mário de Sá-Carneiro:

Pode ser que se não deitar hoje esta carta no correio amanhã, relendo-a, me demore a copiá-la à máquina, para inserir frases e esgares dela no *Livro do Desassossego*. Mas isso nada roubará à sinceridade com que a escrevo, nem à dolorosa inevitabilidade com que a sinto. (Pessoa, 1998: 209)

No *post-scriptum*, reafirma Pessoa esta intenção, justificando a cópia:

Poucas vezes tenho tão completamente escrito o meu psiquismo, com todas as suas atitudes sentimentais e intelectuais, com toda a sua histeroneurastenia fundamental, com todas aquelas intersecções e esquinas na consciência de si próprio que dele são tão características (...). (*ibid.*: 209-210)

Diga-se, em jeito de parêntesis, que esta é a única carta de Pessoa para Sá-Carneiro da qual conhecemos uma resposta directa. Em 24 de Março, Sá-Carneiro, numa altura em que planeia já o próximo suicídio, responde, algo laconicamente: «Recebi a sua admirável carta. Que Alma, que Estrela, que Oirol!» (2001: 279). E fixa-se, logo de seguida, no seu próprio problema, *esquecendo* o do interlocutor.

É também a carta de Fernando Pessoa em que melhor surpreendemos uma confiança, esse abrir de alma que se pressupõe, geralmente, próprio de uma correspondência íntima. As primeiras palavras da carta parecem conduzir-nos a esse pressuposto: «Escrevo-lhe hoje por uma necessidade sentimental – uma ânsia aflita de falar consigo» (*ibid.*: 208).



Esta seria, de certo modo, a carta autobiográfica por excelência. E, contudo, a possibilidade de algumas «frases e esgares» dessa confidencialidade poderem vir a integrar uma obra literária põe-nos de sobreaviso, relevando também o estatuto ambíguo de toda a escrita do *eu*. Se atentarmos bem, de alguma maneira se indicia nessas palavras uma intencionalidade outra que não a de um simples desabafo. Pessoa faz questão de precisar que talvez vá copiar a carta *à máquina*, prefigurando esta, sem dúvida, a antecâmara do texto impresso. E no outro excerto fala do seu psiquismo como se de outrem fosse, distanciando-se de si mesmo, como quem se vê ao espelho e aí, espantado, se reconhece.

De que modo leríamos, então, esta carta, sendo ela parte do *Livro do Desassossego*? Como literatura, sem dúvida. Alguns críticos vê-la-iam como uma página de ficção atribuída a um ser de ficção; outros, como uma página de um diário em que o *Livro do Desassossego* se constituiria; outros, porém, como um auto-retrato de um Soares-Pessoa, quando não mesmo do autor empírico, sempre presente mesmo quando o não está.

E o mesmo diríamos relativamente à carta de 5 de Junho de 1914, dirigida à mãe, nessa altura ainda a viver em Pretória. Carta que Fernando Pessoa também copia, indicando destiná-la igualmente ao *Livro do Desassossego*. É provável que dela pretendesse aproveitar apenas algumas «frases e esgares», já que a carta faz referência muito concreta a figuras reais, sobretudo à conhecida tia Anica, de partida para a Suíça, ou à ausência iminente de Sá-Carneiro, Alfredo Guisado ou Cunha Dias, o que não se enquadraria na obra a que se destina. No entanto, as palavras com que descreve o seu estado de alma teriam lugar num diário-não-diário do presumível *alter-ego* Bernardo Soares:

Quero apenas dizer que na gente com quem lido se estão dando, ou se vão dar, mudanças, acabares de períodos de vida, e que tudo isto – como a um velho que vê morrerem em seu redor os seus companheiros de infância, a sua morte parece próxima -me sugere não sei de que misteriosa maneira, que a minha deve, vai, mudar também. Repare que eu não creio que esta mudança vá ser para pior; creio o contrário. Mas é uma mudança, e para mim mudar, passar de uma coisa para ser outra, é uma morte parcial; morre qualquer coisa de nós, e a tristeza do que morre e do que passa não pode deixar de nos roçar a alma. (Pessoa, 1998: 115)



E, assim, a *mesma* confiança é já *outra*, quando passa a ser lida fora da relação escrita inicial *eu-tu*. A contiguidade entre epistolar e literário verifica-se, precisamente, no movimento de deslocação do espaço privado para o espaço público, mas também na intromissão ou inclusão do terceiro no *ménage à deux*. Escreve Paul Valéry, numa nota de 1910:

La ligne que je trace est *littérature* ou non selon que je m'adresse à quelqu'un, ou à ce lecteur virtuel moyen que je me donne. Une personne *imprévue* lisant une lettre à elle non destinée et dont les êtres lui sont inconnus change cette lettre en littérature.<sup>3</sup> (*apud* Lecarme, 1997: 20)

Na verdade, a carta é, antes de mais, um texto escrito, um espaço de representação, onde o escrevente se expõe enquanto máscara. O acto de escrever é eminentemente dramático; impõe um desdobramento, uma clivagem do *eu*, que constitui o grau zero de toda a ficção. Nesse lugar, o sujeito pode «acontecer-se perante si próprio» (como diria Fernando Pessoa), ver-se de fora, compor-se ao espelho da folha de papel, experimentar ser outro(s). Toda a carta «devient une mise en fiction de la vie de l'épistolier»<sup>4</sup> (Haroche-Bouzinac, 1995: 135). Toda a carta pode, assim, ser lida como matriz da própria literatura. E isto é tanto mais justificável quanto, ao destinar-se, isto é, ao enviar-se a um *tu* – ausente, na realidade, mas presente, porque convocado para a cena – o *eu* imita o acto de criação poética. Dito de outro modo, e socorrendo-me das palavras que abrem as *Novas Cartas Portuguesas*, «Pois que toda a literatura é uma longa carta a um interlocutor invisível, presente, possível ou futura paixão que liquidamos, alimentamos ou procuramos» (Barreno *et alii*, 2010: 3).

Assim sendo, até que ponto se pode ter como assente que a carta é o veículo privilegiado para a expansão sincera e até espontânea do eu? Até que ponto aquele que escreve não sabe já, no próprio escrever-se, que é o *outro* de si que se envia, retocado, no espelho da escrita? E até que ponto um autor literário se *esquece* de que o é, ou deixa de o ser, quando se sabe e deseja lido?

Aqui reside, então, esse equívoco do epistolar – o ser o lugar da sinceridade máxima, donde deriva a possibilidade única de usar a carta como documento histórico e fazer dela um uso (auto)biográfico inquestionável. Diga-se, antes, que o discurso epistolar se caracteriza por uma

<sup>3</sup> «A linha que traço é *literatura* ou não consoante me dirijo a alguém, ou ao leitor virtual médio que me dou. Uma pessoa *imprevista* que leia uma carta que não lhe é destinada e cujos correspondentes lhe são desconhecidos transforma essa carta em literatura.»

<sup>4</sup> [Toda a carta] «se torna uma ficcionalização da vida do epistológrafo».



sinceridade construída. «The letter can be either portrait or mask»<sup>5</sup>, considera Janet Altman (1982: 185), já que nos atira para uma zona fronteiriça, para uma zona de tradução. Entre o rosto e a máscara, entre a sinceridade e o fingimento, existe, por assim dizer, um intervalo, uma *língua de ninguém* que nos obriga a ler sempre com um filtro protector.

É a ausência deste filtro que leva tanta gente a tomar como documento portador da Verdade última – sagrada por assim dizer – sobre a heteronímia pessoana a famosa carta-testamento a Adolfo Casais Monteiro, na qual, como já foi amplamente comprovado, Fernando Pessoa se exhibe na sua pretendida genialidade, se auto-celebra e, portanto, obviamente, finge muitos fingimentos.

Chamo a atenção, a título de exemplo, para uma passagem da carta de 13 de Janeiro de 1935 – provavelmente a mais glosada e interpretada –, aquela que se reporta à génese de Alberto Caeiro e do «dia triunfal». Ponho de parte a questão da data e da improvável (e, aliás, desmentida) «inspiração» ou epifania do 8 de Março de 1914. Pessoa esclarece que, nesse dia, se acercou de uma cómoda alta e, «tomando um papel», escreveu «trinta e tantos poemas a fio». Acrescenta: «de pé, como escrevo sempre que posso» (1999: 343).

Esta observação, aparentemente feita *en passant*, não deixa de constituir, como se sabe, um dos elementos da mitografia caeiriana. Ela pode ou deve, contudo, ser entendida como uma mensagem subliminar endereçada a João Gaspar Simões (que, com muita probabilidade iria ler a *magna carta*).

Na verdade, no seu livro de 1931, *O Mistério da Poesia. Ensaio de interpretação da génese poética*, o crítico de Coimbra insere um estudo intitulado «Fernando Pessoa e as vozes da inocência»<sup>6</sup>, no qual expende considerações acerca dessa poesia que se lhe afigura, «simultaneamente, objecto de conhecimento e de sentimento, pelo que produz ao mesmo tempo uma sensação objectiva e subjectiva, no sentido kantiano» (1931: 172).

Para Gaspar Simões, Fernando Pessoa é um representante português daquela espécie de lirismo que, «na fórmula de Goethe», designa de «circunstância cerebral».<sup>7</sup> Os seus poemas «só verdadeiramente são poemas uma vez escritos, ao passo que os do chamado lirismo psicológico são-no ainda na alma dos poetas (*ibid.*: 174). Eles «requerem a colaboração plácida do silêncio, para

<sup>5</sup> «A carta pode ser ou retrato ou máscara».

<sup>6</sup> O artigo fora objecto de publicação na revista *presença*, nº 29, novembro-dezembro de 1930.

<sup>7</sup> Na mesma obra, Gaspar Simões inclui um capítulo dedicado à explanação do tema lirismo, intitulado precisamente «Duas Formas de Lirismo».

receberem a *determinação* livre da alma e, sobretudo, da consciência» (*ibid.*: 175). Por isso, Pessoa só podia escrever *sentado* (como Flaubert) e não *passeando* (como Rousseau). Pessoa pertence, pois, na óptica de Gaspar Simões, «à categoria dos que escrevem sentados» (*ibid.*).<sup>8</sup>

Este «pisar de olho», de uma extrema ironia, não deve ter passado despercebido quer ao destinatário primeiro da carta de Janeiro de 1935, Casais Monteiro, muito provável conhecedor do teor do referido estudo, quer, sobretudo, ao seu autor, Gaspar Simões, destinatário da mesma carta, em segundo grau.

A escolha do destinatário não é, evidentemente, inócua, para a prossecução do desiderato pessoano de dar a conhecer a sua original biografia literária. Adolfo Casais Monteiro, João Gaspar Simões, como José Régio em outras ocasiões, são os destinatários, os legatários que garantem a não-privacidade da carta que se quer «aberta», posta a circular como auto-retrato oficial do poeta, aquele que ficou inevitavelmente (e de forma assaz redutora, e em virtude do próprio equívoco) para a posteridade.

Fazer pontes com outros autores e outras ideias sempre foi um desígnio pessoano. A sua obra literária e ensaística expõe exemplarmente o desejo de ser um criador de cultura ou de civilização, ou, por outras palavras, o de ser um pontífice, um tradutor – pondo ao alcance do (inexistente) meio cultural português o conhecimento de autores estrangeiros; traduzindo para o exterior os autores portugueses dignos de universalização, mas também propagando as suas próprias ideias. Fernando Pessoa seria, neste sentido, um epistológrafo por natureza – funcionando cada ideia como uma espécie de carta a um destinatário colectivo; cada carta como um manual de instruções para ler a (sua) literatura e o (seu) mundo.

O contributo que as correspondências em geral, e a pessoana em particular, fornecem para o conhecimento da biografia dos interlocutores é indesmentível. Não esqueçamos que a carta é um objecto carregado de História. O presente da escrita é sempre um passado que importa interrogar. À maneira de um arqueólogo, é preciso escavar o terreno, o seu corpo fóssil, para iluminar, trazer à superfície uma teia de relações, de referências, de subtilezas, de ironias. Só percebendo o contexto em que a carta foi escrita ou pensada, se poderá avaliar da credibilidade e importância daquilo que aí

---

<sup>8</sup> De notar que Ricardo Belo de Moraes chamou a atenção para esta relação da proclamada génese de Alberto Caeiro com o texto de João Gaspar Simões, no seu livro *Fernando Pessoa para todas as pessoas* (2015). Esta hipótese fora, contudo, anteriormente desenvolvida por Rita Patrício em *Episódios, Da teorização estética em Fernando Pessoa* (2012: 283-284).



se lê. Esse esforço de enquadramento – temporal, sociocultural, literário, político – pode evitar juízos errados, como aquele que se observa, por exemplo, no sexto volume da *História de Portugal* de José Mattoso, coordenado por Rui Ramos. Considera este historiador, a propósito do futurismo, que foi a imprensa política que mais explorou o «fenómeno», e acrescenta o seguinte:

As opiniões cada vez mais reacionárias que eram as dos rapazes de *Orpheu*, tal como as de todos os da sua geração, ajudaram o futurismo a confundir-se com a proliferação de grupos da direita monárquica durante a ditadura de Pimenta de Castro. De facto, Pessoa chegou na altura a oferecer-se para colaborar com os integralistas, propondo-se fornecer-lhes defesas paradoxais da monarquia, daquelas que chamam a atenção. (1994: 645)

O último período citado remete para um fragmento com o título «Carta a um Monárquico», no qual Fernando Pessoa, bem a seu jeito, ensaia uma intervenção pública provocatória, oferecendo ao seu inominado destinatário, porque aqui assumidamente colectivo, «argumentos para defender todas as teorias, mesmo as mais absurdas». Escreve Pessoa:

Quando os novos monárquicos se sentirem *à bout de ressources* no sofisma, contem sempre comigo para lhes fornecer – quanto mais não seja pelo prazer de fazer errar – vários argumentos a favor da monarquia, incluindo, os aceitáveis que a todos eles têm escapado. Uma cousa no género do meu *Super-Camões*, que em tempos escandalizou, ou da minha *Ode Triunfal*, que tem merecido menções honrosas (dadas as pessoas que as fizeram) para um pseudónimo meu – estas cousas têm, sobre as teses dos integralistas, a vantagem da originalidade e da subtilidade. (Pessoa, 1986, II: 356)

Seria necessário, neste caso, reparar que estamos perante uma carta inacabada, talvez não enviada, cujo destinatário, podendo ser identificado (foi aventada a hipótese de se tratar de João do Amaral), pertence a um grupo vasto, o dos integralistas, aos quais aquelas palavras em bloco se dirigem (um pouco à maneira do que atrás se dizia relativamente aos membros da revista *presença*).

A circunstância de não ser uma carta pessoal, «fechada», leva a supor que se trate antes do rascunho de um panfleto projectado por Pessoa, referido, de resto, numa outra carta, essa sim, enviada em privado a Domingos Garcia Pulido (em 18 de Março de 1913), na qual se explicita que a



«Carta a um Monárquico» constituiria o 4º folheto de uma série prevista pelos dois amigos, intitulada *Jogo Franco*. Afirmo o autor:

Nessa «Carta» ponho de modo novo o problema político actual, e mostro a necessidade de ser republicano com argumentos ainda virgens. (Pessoa, 1998: 88)

Conforme desenvolvi num outro lugar (Silva, 2004: 414-415), esta série de folhetos visava, sobretudo, atacar o republicanismo de Afonso Costa (Garcia Pulido era partidário de Brito Camacho e chegou a ser deputado pelo Partido Unionista). Não sendo provável, dada a discrepância das datas, que a «Carta a um Monárquico» tenha surgido como reacção a um outro conjunto de folhetos da autoria de João do Amaral, *Aqui d'El-Rei* (cujo n.º 1 é datado de Fevereiro de 1914 e de que saíram pelo menos cinco números), é, de qualquer forma, óbvio que se propunha atacar a solução preconizada pelo Integralismo Lusitano para os males da pátria: uma «Monarquia orgânica, anti-parlamentar, descentralisadora e tradicionalista», nas palavras que o próprio Amaral viria a usar.

Conhecendo alguns textos de Pessoa sobre o Integralismo, percebe-se que a monarquia dos neo-monárquicos não poderia ter o seu aval. A falta de «originalidade e subtileza» a que alude na carta-folheto provém do facto de servirem, como escreve num dos textos, «os fins da reacção monárquica» (1986, III: 904), de continuarem «farisaicamente» unidos às outras monarquias, isto é, àquelas que, na opinião de Pessoa, foram responsáveis pela morte da Monarquia com letra maiúscula. Provém, por outro lado, de beberem, unilateralmente, na fonte da cultura francesa, ou de, conforme escreve noutro texto (*ibid.*: 907), padecerem do vício do constitucionalismo – serem pouco nacionais. Ora, como é sabido, o Integralismo Lusitano inspira-se fundamentalmente nas ideias de Charles Maurras e na Action Française, autor e movimento que, por diversas vezes, Pessoa asperamente censura. Os integralistas apresentam-se, assim, a Fernando Pessoa, como neo-reaccionários, por isso interroga no texto acima citado:

Julgam os nossos Maurras que as suas vozes prevalecem ou virão a prevalecer contra a corrente monárquica, apenas monárquica? Julgam eles que o meio está transformado, que os imoralões de ontem serão outros, purificados de tudo, no poder? É a nós, é a si próprios, ou a quem é que os integralistas querem intrujar? (*ibid.*: 906)



Toda esta contextualização levaria, naturalmente, a desconfiar da aparente sinceridade daquele fragmento de «carta», todo ele percorrido pela mais fina ironia, o que infirma a apressada asserção de Rui Ramos.

O conjunto significativo das cartas trocadas por Fernando Pessoa com os seus pares, amigos e mesmo desconhecidos (editores, astrólogos, gente de negócios), oferece, sem dúvida, um manancial de elementos importantes para a construção da sua biografia, permitindo conhecer quer os seus interesses (literários, culturais, profissionais), quer o seu pensamento político e crítico. Mas lê-las sem atender à sua (i)lógica, à sinuosidade do discurso e àquilo que, muitas vezes, escondem ou deixam subentender pode reservar desagradáveis surpresas.

Por outro lado, a consciência de que muitas das suas cartas teriam uma leitura grupal leva o autor a ter um enorme cuidado com aquilo que escreve. A existência no espólio pessoano de inúmeros rascunhos de cartas (algumas das quais provavelmente nem teria chegado a concluir ou a passar a limpo) comprova essa preocupação e serve igualmente para demonstrar o modo como Pessoa vigia a sua expansão lírica e desmente a sua (só aparente) espontaneidade.

É o caso da primeira carta escrita a João Gaspar Simões, em 26 de Junho de 1929, na qual agradece o estudo «Fernando Pessoa», incluído no livro *Temas*, reafirmando o quanto o comoveu a forma como o autor aí o trata enquanto «realidade espiritual» e pretendendo que a carta «deflagra do coração», que não do cérebro. A descoberta de um rascunho datilografado da carta, ou antes, de uma versão bem diferente<sup>9</sup>, se não desmente as considerações daquela que foi efectivamente recebida por Simões, permite-nos aceder a um outro-Pessoa.

Na versão rejeitada, Pessoa exprime, de forma bem mais efusiva, a satisfação, até mesmo o entusiasmo, que sente por se ver reconhecido como grande poeta. Parece, no entanto, arrepende-se de se deixar surpreender na sua humana fraqueza. Resolve, então, cortar e refazer as passagens mais comprometedoras, como esta:

---

<sup>9</sup> Esta versão foi por mim publicada, pela primeira vez, em Pessoa, 1996: 81-82.

A clara afeição das suas palavras como que me liberta do que poderia com justiça considerar a antemanhã de cousa nenhuma. Pela primeira vez sinto nitidamente o sol das almas externas á minha, e não sei como agradecer-lhe o dourado matinal d'esta sensação. (1996: 81)

A auto-censura atinge também um parágrafo sobre os bastidores da sua heteronímia, talvez por achar prematuro revelá-los já, e de uma maneira tão emocionalmente incontida, aos amigos da *presença*:

Concluí, ha dias, atravez de um esforço terrível de impersonalização, o estudo inicial de Ricardo Reis – duas simples paginas de prosa – á obra completa de Alberto Caeiro. Concluido o estudo, quasi chorei de alegria, mas lembrei-me depois que o entusiasmo do discipulo e a grandeza, alli expressa do mestre, se tinham passado exclusivamente em mim, que eram ficções de interludio, aleas da confusão e do descaminho. (*ibid.*)<sup>10</sup>

É evidente que a carta enviada a Gaspar Simões (como não poderia ter deixado de acontecer com a longa carta sobre os heterónimos a Casais Monteiro) foi diligentemente trabalhada e pensada. É evidente também quanto Pessoa se esforça por atenuar o efeito *obscenamente* denunciador da sua «alma», sobretudo quando se dirige a destinatários que, muito mais do que amigos, assume como críticos presentes e futuros.

Não é, de resto, o único exemplo de deriva face àquilo que o senso comum entende ser próprio da epistolografia. O discurso epistolar pessoano é, voluntária e involuntariamente, um repositório de todos os dispositivos, ou «tiques», da epistolaridade. Este é um discurso, não esqueçamos, que se alimenta da distância, não só porque objectivamente não existiria se o afastamento dos dois interlocutores não existisse, mas porque é na ausência visual do destinatário que o *eu* melhor o pode captar e a si mesmo se exprimir (e censurar).

É dos intervalos de tempo-espço que separam o sujeito da escrita do Outro que nasce o desejo de que a carta é o «corpo-condutor» (Kaufmann, 1990: 13). Seja o desejo de um outro idealizado, seja o desejo do outro da escrita, inscrito sobre o vazio do papel. Por isso, a distância é quase sempre querida e, por vezes, conscientemente e explicitamente, expressa pelo sujeito.

---

<sup>10</sup> Sobre este assunto, ver Silva, 2004: 380-385.

Numa carta de 22 de Agosto de 1915, é Mário de Sá-Carneiro que escreve:

Mas se você soubesse como as suas cartas me são necessárias! É que você, meu querido Fernando Pessoa, é, em verdade completa, o meu único camarada! E longe sinto-o melhor – e longe, tendo cartas suas, essa camaradagem parece-me talvez mais estreita, mais próxima. Seguramente a época da minha vida em que vivi mais ao lado do meu Pai – foi no ano em que estive em Paris e nos escrevíamos todos os dias. (Sá-Carneiro, 2001: 193)

Sá-Carneiro vive(-se) através das cartas, cartas que estabelecem também, neste sentido, uma relação triangular, já que, no seu dialogismo intrínseco, o terceiro está forçosamente incluído – terceiro que não é aqui o leitor exterior, terceiro que é a relação em si mesma, relação autofágica, que se esgota no tempo da própria correspondência, mas que é, enquanto dura, totalizante, autotélica.

Por isso também, o epistolar se transforma muitas vezes numa máquina de afastamento e não é, como equivocadamente se tende a estatuir, uma simples forma de aproximação.

É, de qualquer modo, a coberto da distância que Pessoa ousa falar do seu psiquismo. Não o faz apenas nas cartas para Sá-Carneiro ou para a mãe. Encontramos esta expansão (quase-lírica) numa carta, do «género psicológico», de 19 de Janeiro de 1915, endereçada ao poeta açoriano Armando Côrtes-Rodrigues, também ele vivendo bem longe. Pessoa confessa a necessidade de falar acerca da «crise psíquica que há tempos [vem] atravessando»:

Apesar da minha reserva, eu sinto a necessidade de falar nisto a alguém, e não pode ser outro senão a você – isto porque só você, de entre todos quantos eu conheço, possui de mim uma noção precisamente ao nível da minha realidade espiritual. Dá-se esta sua capacidade para me compreender porque você é, como eu, fundamentalmente um espírito religioso. (1998: 139)

A confessada irmandade espiritual («Irmão em Além», lhe chama numa outra carta) que justifica a escolha de Côrtes-Rodrigues como confidente constitui uma prova de que as cartas dizem por vezes tanto ou mais sobre aqueles a quem se dirigem (como afinal acontece com a literatura) do que sobre quem as envia. Corresponder-se é também pensar no outro, imaginá-lo lendo a carta acabada de receber; é ser, experimentar ser, de certa forma, esse outro. E aqui estamos ainda perante



um outro equívoco, pois comumente tende a postular-se o contrário. Nestas circunstâncias, não será despropositado afirmar que as cartas autobiográficas de Sá-Carneiro funcionam como fragmentos (auto)biográficos de Pessoa. O que conhecemos da vida deste é-nos transmitido em larga medida pelo que o seu interlocutor de Paris dele e de si próprio nos diz.

Da mesma maneira, se considerarmos a correspondência amorosa Pessoa-Ofélia, as cartas ridículas, «impossíveis», de Pessoa fazem tanto ou mais o retrato da sua destinatária – alguém que nunca parece merecer uma carta do «género psicológico» ou ler confidências literárias, reflexões ou arroubos intelectuais – do que fazem o retrato dele próprio. Em grande medida devido a essas omissões, tomou-se como irrecusável, para muitos críticos pessoanos, e ainda antes de serem conhecidas as cartas por si assinadas, a imagem (a meu ver, enganadora) de uma jovem ingénua, quase iletrada, incapaz ou indigna de ser amada por um homem com o gabarito de Fernando Pessoa. Em contrapartida, as cartas ridículas, «possíveis», de Ofélia oferecem-nos uma imagem genuína de Pessoa, do homem (no seu quotidiano, com os seus comportamentos «engraçados», a sua forma de vestir, etc.), mais do que do poeta, ou, se preferirmos, do homem-poeta captado na sua dimensão *ístmica*, com as suas incongruências e indecisões, os seus desejos, as suas fragilidades. As cartas de Ofélia mostram, aliás, que teve a inteligência de se adaptar a um homem especial e a coragem de o amar.

Curiosamente a única carta para Ofélia Queirós a que pode caber a classificação de psicológica, é a carta de ruptura da primeira fase do namoro, datada de 29 de Novembro de 1920. Nela, Pessoa usa, *finalmente*, um registo reflexivo, intelectualizado, o que permite deduzir que considerava Ofélia à altura de o entender:

O Tempo, que envelhece as faces e os cabelos, envelhece também, mais depressa ainda, as afeições violentas. A maioria da gente, porque é estúpida, não consegue dar por isso, e julga que ainda ama porque contraiu o hábito de se sentir a amar. Se assim não fosse, não havia gente feliz no mundo. As criaturas superiores, porém, são privadas da possibilidade dessa ilusão, porque não podem crer que o amor dure, nem, quando o sentem acabado, se enganam tomando por ele a estima, ou a gratidão, que ele deixou. (Pessoa, 1998: 358-359)

Auto-declarando-se «criatura superior», cujo destino pertenceria, como escreve também, a outra Lei e, nessa medida, o impeliria a seguir outros caminhos, Pessoa não usa aqui a superficialidade e espontaneidade presente nas outras cartas, as do dia-a-dia, escritas tão-só para combinar e lembrar encontros e desencontros, ou preencher a forçada (desejada, às vezes?) ausência. Esta carta foi também ela fruto de aturada composição. A existência de um rascunho, encontrado no seu espólio, confirma isso mesmo. Trata-se de uma folha datilografada com acrescentos manuscritos, sendo o texto entrecortado por esboços de poemas em inglês, alusivos ao tema da despedida e do fim de um amor. Interessante é esta contiguidade de registos, confirmando que, até no ir-se fazendo de uma carta tão séria, tão grave, e tão sincera, há espaço para a ficção; há, pelo menos, duas vezes que se ouvem. Uma delas, a da poesia, cala-se quando do envio da carta, mas ecoa, quem sabe, na referência à outra Lei, aquela a que se vê compelido a obedecer.

Direi, em conclusão, que o epistolar é uma forma – uma forma híbrida, ambígua, «nómada» (como lhe chama Brigitte Diaz), mas também multi-funcional, propensa tanto à encenação, ao disfarce, como ao desvelamento, à perseguição da «verdade» e, por isso, geradora de equívocos, de múltiplas leituras. Isto não nos deve impedir de o tomarmos quer como imprescindível fonte de informação e documento histórico, quer, por vezes, como literatura de feição autobiográfica ou, simplesmente, literatura.

## Referências

- ADONIS (2016) *O Arco-Íris do Instante*, trad. Nuno Júdice, Lisboa, Dom Quixote.
- ALTMAN, Janet (1982) *Epistolarity. Approches to a Form*, Columbus, Ohio State University Press.
- BARRENO, Maria Isabel, Maria Teresa HORTA e Maria Velho da COSTA (2010) *Novas Cartas Portuguesas*, org. Ana Luísa Amaral, Lisboa, Dom Quixote.
- DERRIDA, Jacques (1980) *La Carte Postale, de Socrate à Freud et au-delà*, Paris, Aubier-Flammarion.
- DIAZ, Brigitte (2002) *L'épistolaire ou la pensée nomade*, Paris, Presses Universitaires de France.
- KAUFMANN, Vincent (1990) *L'équivoque épistolaire*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- HAROCHE-BOUZINAC, Geneviève (1995) *L'épistolaire*, Paris, Hachette.
- LECARME, Jacques e Éliane LECARME-TABONE (1997) *L'Autobiographie*, Paris, Armand Colin.
- MORAIS, Ricardo Belo de (2015) *Fernando Pessoa para todas as pessoas*, Lisboa, Verso de Kapa.
- PATRÍCIO, Rita (2012) *Episódios, Da Teorização Estética em Fernando Pessoa*, Braga, Edições Húmus.

- PESSOA, Fernando (1986) *Obra Poética e em Prosa*, Vol. II e III, org., introd. e notas António Quadros e Dalila Pereira da Costa, Porto, Lello & Irmão.
- (1996) *Correspondência Inédita*, org., introd. e notas Manuela Parreira da Silva, Lisboa, Livros Horizonte.
- (1998) *Correspondência (1905-1922)*, ed. Manuela Parreira da Silva, Lisboa, Assírio & Alvim.
- (1999) *Correspondência (1923-1935)*, ed. Manuela Parreira da Silva, Lisboa, Assírio & Alvim.
- SÁ-CARNEIRO, Mário de (2001) *Cartas a Fernando Pessoa*, ed. Manuela Parreira da Silva, Lisboa, Assírio & Alvim.
- SILVA, Manuela Parreira da (2004) *Realidade e Ficção – para uma biografia epistolar de Fernando Pessoa*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- SIMÕES, João Gaspar (1931) *O Mistério da Poesia. Ensaios de interpretação da génese poética*, Coimbra, Imprensa da Universidade.



**Manuela Parreira da Silva** é Professora Auxiliar jubilada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde lecionou nas áreas da Literatura e Cultura Portuguesa do século XX, Estudos Pessoaanos e Estudos do Modernismo. O seu trabalho de investigação tem incidido sobre o espólio de Fernando Pessoa, tendo publicado diversas edições e dado a conhecer muitos dos seus textos inéditos. Outra área da sua investigação prende-se com o estudo dos conceitos de tradição e modernidade e das relações entre tradição e modernidade nos autores modernistas, tentando, deste modo, fazer a ponte entre a literatura moderna e contemporânea e a literatura tradicional. Colabora no projeto “Modernismo online – espólio de Almada Negreiros e Sara Afonso”.

